

Agora, temas são anistia e maioria

19 JUN 1988

DILZE TEIXEIRA Da Editoria de Política

Já está oficialmente encerrado o episódio do brigadeiro Paulo Roberto Coutinho Camarinha, exonerado do comando do Estado-Maior das Forças Armadas — EMFA — após entrevista em que atacou o Governo, a política econômica e o ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, e imediatamente substituído pelo almirante-desquadra Valbert Lisieux Medeiros de Figueiredo.

Resolvido este caso, o Governo concentra toda a sua ação para dois importantes temas: a questão da anistia da correção monetária sobre os financiamentos contraídos por

micro e pequenos empresários urbanos e rurais a época do Plano Cruzado, que deverá ser votada pela Constituinte nos próximos dias, e a recomposição da maioria governamental no Senado.

ANISTIA

Os líderes do Governo no Congresso estão trabalhando no sentido de evitar a aprovação das emendas Mansueto de Lavor, e outros parlamentares, que resultaria, forçosamente, na adoção de medidas duras como a demissão maciça de funcionários, aumento de impostos, entre outras, para cobrir o rombo que a anistia acarretaria: cerca de dez bilhões de dólares.

Entre as alternativas do Governo consta a decretação de medidas de alívio para esses micro e pequenos empresários, mas não de uma forma insustentável, como estabelece a emenda em exame na Constituinte. Mas sim de uma forma realista e compatível com a política de controle do déficit público, em execução.

Outra questão vem preocupando o Governo: Reestruturar a maioria que sempre dispôs no Senado, tradicionalmente uma Casa revisora das decisões da Câmara dos Deputados. Segundo um importante articulador político do Palácio do Planalto, todo o esforço vem sendo desenvolvido no sentido de atrair de volta

para o Governo alguns senadores que se desatrelaram do grupo governista.

Hoje, a correlação de forças está empatada. Dezesete senadores s-ao do grupo Sarney e outros 17 são contra ou independentes. Por causa desta situação, mais de 15 indicações de embaixadores encontra-se em compasso de espera, sem poder ser votadas pela Câmara Alta. Além disto é imprescindível que o Governo mantenha a maioria no Senado, ao qual caberá a aprovação dos futuros Ministros do Supremo Tribunal Federal, ou dos futuros Presidentes do Banco Central, indicados pelo Presidente da República, após a homologação de futura Carta